

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

A sustentabilidade na visão de colaboradores de rádios comunitárias: estudo no semiárido do Piauí

Sustainability in the view of community radio employees: a study in the semi-arid region of Piauí

ELINARA SOARES BARROS DE SOUSA

Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: elinarabarros@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2087-3541>.

WILZA GOMES REIS LOPES

Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: wilza@ufpi.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3567-6831>.

ORLANDO MAURÍCIO DE CARVALHO BERTI

Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: berti@uespi.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5668-7145>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SOUSA, Elinara Soares Barros de; LOPES, Wilza Gomes Reis; BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. A sustentabilidade na visão de colaboradores de rádios comunitárias: estudo no semiárido do Piauí. *Contracampo*, Niterói, v. 49, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 08/02/2021. Revisor A: 09/03/2021; Revisor B: 04/03/2021; Revisor C: 18/03/2021; Revisor C: 02/04/2021. Aceite em: 06/04/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.48705>



Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção dos colaboradores de rádios comunitárias do Semiárido do Piauí, estado do Nordeste do Brasil, quanto ao desenvolvimento sustentável e como tratam a questão nos programas. A pesquisa foi realizada em oito municípios e foram realizadas 25 entrevistas, em visitas *in loco* ocorridas no mês de agosto de 2019. Foi possível perceber que os colaboradores vinculam desenvolvimento sustentável mais intensamente à dimensão ambiental e que essa temática é tratada apenas nos programas jornalísticos, não tendo espaço nos programas musicais; algumas das rádios pesquisadas possuem a autorização de rádio comunitária, mas atuam como rádio comercial; e que o pouco número de colaboradores e a falta de qualificação dos colaboradores são fatores limitantes para as produções dessas rádios.

Palavras-chaves

Comunicação comunitária; Sustentabilidade; Percepção; Piauí.

Abstract

This article aims to analyze the perception of collaborators of community radio stations in the Semi-arid of Piauí, state in Northeast of Brazil, regarding sustainable development and how they deal with the issue in programs. The survey was carried out in eight municipalities and 25 interviews were carried out during on-site visits that took place in August 2019. It was possible to notice that employees link sustainable development more intensely to the environmental dimension and that this theme is only addressed in journalistic programs, having no space in musical programs; some of the radios surveyed have the authorization of community radio, but act as commercial radio; and that the low number of employees and the lack of qualification of employees are limiting factors for the production of these radios.

Keywords

Community communication; Sustainability; Perception; Piauí.

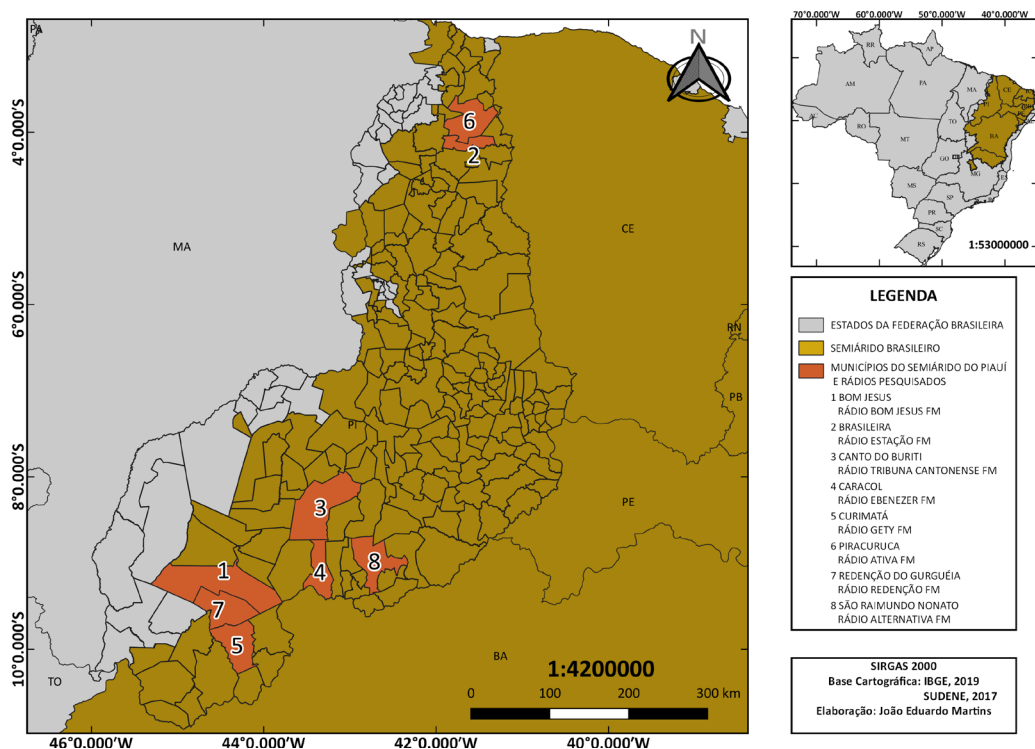
Introdução

As áreas de conhecimento da comunicação e do desenvolvimento sustentável são influenciadas mutuamente. O desenvolvimento, para qualquer sociedade, sempre esteve relacionado à necessidade de interação. A comunicação também é relacionada com comunidades desde quando o termo meio de comunicação abrangia, tanto o sentido de meio de transporte como o de meio de informação. Neste sentido, Martino (2019) afirma que até meados do século XX o termo meio de comunicação estava intimamente ligado à designação de barcos, estradas e caminhos de ferro. Na sociedade após a Revolução Industrial, percebe-se a ideia de um mundo em movimento e em conexão crescente, procurando a comunicação sem muros e sem fronteiras. Sartoretto (2014, p.117) reforça a importância da comunicação, afirmando que seu exercício é um direito, que deve ser “analisado a partir do ponto de vista dos sujeitos que reivindicam o acesso à comunicação e o direito de comunicar”.

Partindo da premissa que as rádios comunitárias são importantes para as localidades em que estão inseridas, tem-se como objetivo analisar a percepção dos colaboradores de rádios comunitárias do Semiárido do Piauí quanto ao desenvolvimento sustentável local e como tratam a questão nos programas das emissoras. Para tanto, foi utilizado o método descritivo-analítico, baseando-se na observação e interpretação da realidade do objeto, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e de campo.

Buscando abranger o Semiárido a partir de seu contexto ambiental, estabeleceu-se como critérios de seleção cidades que possuem área de conservação ambiental classificada como Parque Nacional. A partir dos critérios selecionados, foram identificadas nove rádios comunitárias. No entanto, a rádio Gurgueia FM, localizada no município de Alvorada do Gurgueia, não estava em funcionamento durante a pesquisa de campo. Por esse motivo foi excluída do *corpus*. No mapa 1 estão identificadas a localização e os nomes das rádios pesquisadas.

Mapa 1 – Rádios comunitárias do semiárido do Piauí pesquisadas



Fonte: Adaptado de Sudene (2017c)

Como técnica de pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas durante visitas *in loco* nas rádios selecionadas, sendo utilizada amostragem não probabilística com os seguintes critérios de inclusão adotados: ser colaborador de uma rádio comunitária localizada no Semiárido piauiense e aceitar participar voluntariamente da pesquisa.

Foram realizadas 25 entrevistas com colaboradores diretos das rádios que atendiam aos critérios estabelecidos. As entrevistas foram realizadas em agosto de 2019 a partir de um roteiro semiestruturado. Sempre que necessário foram abordadas questões pertinentes aos objetivos da pesquisa que não foram trazidos no roteiro inicial. Todos os entrevistados concordaram em participar da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido esclarecidos dos objetivos e procedimentos utilizados na pesquisa. O projeto foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa credenciado ao CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa.

A partir das entrevistas, fez-se um levantamento do perfil dos colaboradores, considerando informações pessoais e atuação nas rádios. Além disso, a questão da sustentabilidade foi questionada a partir da ótica em três dimensões: ambiental, social e econômica. A princípio, quando se falava em sustentabilidade, os entrevistados associavam apenas com a dimensão ambiental, por esse motivo foi perguntado sobre a temática econômica e social à parte.

A comunicação e o desenvolvimento sustentável

A comunicação tem papel importante para o desenvolvimento social. Nicoletti (2017) afirma que a comunicação popular proporciona espaço para os setores excluídos, possibilitando que se apropriem do seu ambiente, gerando uma construção comunitária. A atuação dos meios de comunicação populares traz à tona o papel ativo da comunidade em busca de seu próprio desenvolvimento, deixando de ser apenas um receptor passivo, construindo uma comunicação voltada para a realidade e os interesses da comunidade.

Vinculada ao paradigma dominante, em que o desenvolvimento era centrado na modernização, nasceu o modelo de comunicação denominado de difusionista, em que é realizado no sentido de divulgar as inovações e incentivar as mudanças de hábitos, como destaca Peruzzo (2015).

Tratar sobre desenvolvimento sustentável vai além de percepção de crescimento, devendo considerar as características culturais, ambientais e econômicas de determinado lugar. Trata-se de respeitar as particularidades de cada região, de aprender a conviver com as diferenças e a valorizar a cultura e o povo local. Neste sentido, Fernandes (2002, p.257) afirma que, na proposta para o Desenvolvimento Sustentável, é importante focar na “valorização de processos sociais tradicionais e locais”.

Nesse contexto, as rádios comunitárias devem estar incluídas em um modelo de desenvolvimento participativo que, conforme afirma Servaes (2012), se caracteriza não mais como uma comunicação vertical, mas de uma comunicação horizontal, em que o receptor passa a ser também produtor de conteúdo, discutindo a informação e não apenas recebendo. Então, em tese, os conteúdos disponibilizados pelas rádios passariam a refletir melhor as demandas da comunidade.

Peruzzo (2015) afirma que a comunicação se torna parte das dinâmicas transformadoras quando as pessoas são participantes do processo que possibilita seu crescimento integral. Com isso, essa importância se dá a partir da atuação da comunidade na produção dos meios comunicacionais, sendo possível perceber seu uso para atender à demanda local, transmitindo informações pertinentes à comunidade. Essas afirmações concatenam com as questões das rádios comunitárias. Segundo Medeiros (2020), como parte da função social das rádios destaca-se a apresentação de assuntos que não têm espaço na grande mídia e que afetam, diretamente, às pessoas da comunidade, assumindo um papel na constituição de subjetividade, dialogismo e relações sociais.

Rádios comunitárias como meios de comunicação para sustentabilidade

As rádios comunitárias fazem parte da comunicação sonora enquanto emissoras. Cada uma delas tem seu modo e intencionalidade de reverberar, através de sons, processos comunicacionais, com vivências, confluências e consequências próprias. Esses adjetivos tornam o meio um maiores e mais heterogêneos formatos de pluralização da comunicação.

Segundo Ferreira (2018), o rádio é um meio articulado para contribuir na construção do desenvolvimento sustentável local, considerando suas características, entre elas o fácil acesso, caráter mobilizador e a proximidade do local.

Para Santos *et al.* (2019), as rádios comunitárias podem prestar serviços para a população em que estão inseridas ao informar sobre os acontecimentos locais, ao dar visibilidade aos serviços de utilidade pública e estimular lazer e cultura. Já Bautista (2018) destaca que o papel da rádio é com interesse social como ator chave que pode gerar proposta de educação, seja ela formal ou informal.

Estar próximo às comunidades ajuda as emissoras comunitárias a fazer mais pelos ambientes nos quais estão inseridos. Isso acontece porque a maioria, ou quase a totalidade, dos agentes comunitários dessas emissoras estão inseridos no próprio ambiente local, conhecendo a fundo as demandas comunitárias, muitas vezes tendo sido nascidos e criados naqueles ambientes. Fatos estes que instigam maiores compromissos comunicacionais dessas rádios.

No Brasil, a Lei 9.612/98 (BRASIL, 1998) tentou clarear esse poder comunicacional, mas não foi realizada como um ato de democratização da comunicação, mas sim via uma pressão social, notadamente dos movimentos de rádio comunitária. Para Malerba (2017, p. 19), “na letra da lei ‘venceu’ um modelo de entendimento de rádio comunitária como ente comunitário, representativo e mobilizador: típico modelo organizativo de ação política hegemônico da época”.

Já Miani (2017) afirma que a Lei 9.612 se apresentou mais como “armadilha” contra rádios, considerando entraves apresentados para a criação e manutenção de uma emissora comunitária, tais como a excessiva burocracia para a obtenção de autorização, limitação no sinal da emissora, proibição de propagandas e impedimento de formação de redes para produção radiofônica.

A região do Semiárido brasileiro

Conforme estabelecido pelas Resoluções 107/2017 (SUDENE, 2017a) e 115/2017 (SUDENE, 2017b), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Semiárido brasileiro possui 1.262 municípios distribuídos por dez estados do Brasil. A Resolução 107/2017 (SUDENE, 2017a) estabelece os critérios técnicos e científicos que delimitam o Semiárido brasileiro.

Segundo Sena *et al* (2016), a região semiárida apresenta níveis de problemas mais elevados se comparados com outros municípios que não fazem parte da região, tais como indicadores de taxa de mortalidade infantil e nível de analfabetismo mais alto, esperança de vida e acesso à água potável mais baixos.

Quando Sena *et al* (2016) abordam o alto nível de analfabetismo, afirmam que a realização de uma política adequada de acesso à educação para jovens e adultos poderia eliminar o analfabetismo e que o acesso a habilidades e conhecimento que promovam o desenvolvimento sustentável podem contribuir para que esses indicadores sociais e econômicos negativos na região sejam melhorados. Cabe destacar ainda a defesa da promoção de aprendizagem que desenvolva o potencial local e não em uma recepção de conhecimento vindo de fora.

Gomes e Heller (2016) afirmam que a falta de acesso a políticas públicas traz como nítida consequência a vulnerabilidade da população rural do semiárido. No entanto, não se pode desconsiderar

que nessa região as questões culturais e ambientais são diversificadas e peculiares. As características ambientais também são marcantes na região, destacando a baixa precipitação pluviométrica média, a aridez do solo e o alto percentual de déficit hídrico (SUDENE, 2017a). Entretanto, também é composta de paisagens naturais que precisam ser conservadas. Por isso, unidades de conservação da natureza são encontradas nessa região.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece os critérios para a criação de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, dividindo em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O artigo 7º da citada Lei estabelece os objetivos desses grupos, sendo o primeiro a preservação da natureza, admitido o uso indireto dos seus recursos, destacando as exceções dos casos previstos na legislação; e o segundo tornar compatível a conservação da natureza com seu uso sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são divididas em cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000). O Parque Nacional, categoria escolhida como critério de seleção dos municípios analisados, tem como objetivo preservar ecossistemas naturais relevantes, “possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

No Brasil, atualmente, existem 74 parques nacionais (ICMBIO, 2020), sendo que 12 estão inseridos em municípios localizados no Semiárido. O Piauí possui quatro Parques Nacionais. São eles: Serra da Capivara, Serra das Confusões, Sete Cidades e Nascentes do Rio Parnaíba.

A percepção dos comunicadores comunitários do Semiárido do Piauí sobre a temática de desenvolvimento sustentável

Fez-se necessário trazer o perfil elaborado a partir das informações pessoais respondidas pelos entrevistados. Tais informações são importantes para se conhecer um pouco mais da realidade apresentada nessas rádios comunitárias estudadas.

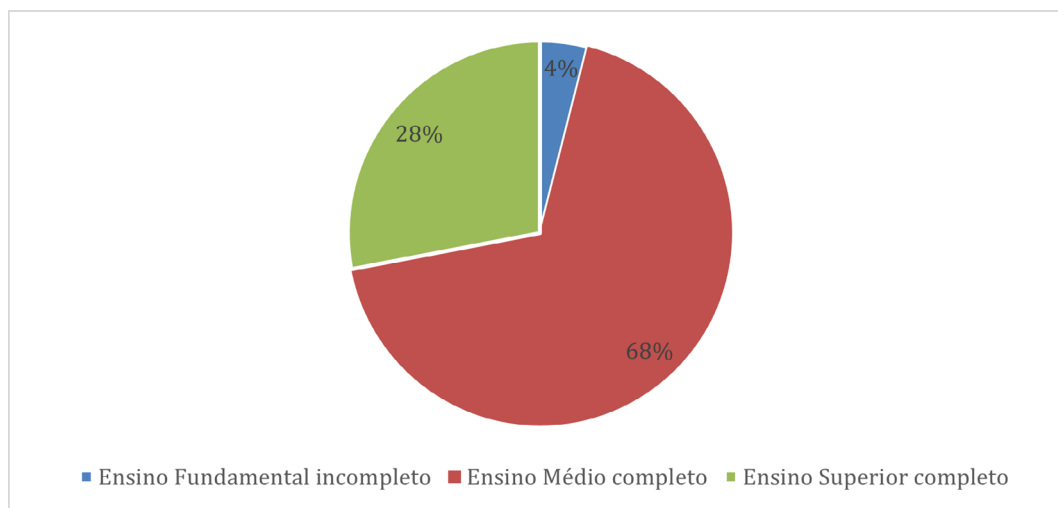
No perfil dos entrevistados, percebeu-se a predominância do gênero masculino entre os colaboradores, com 72%. Isso é uma realidade notada não só no Semiárido piauiense, mas em todo o Brasil e no mundo. Madsen (2015), em pesquisa sobre a presença de mulheres nos meios de comunicação no período de 1995 a 2015, percebeu a predominância do gênero masculino no jornalismo e em posições de tomada de decisão na comunicação, enquanto em posições consideradas de menor status a predominância é feminina, destacando as desigualdades raciais existentes nessas participações.

A predominância masculina nas rádios pesquisadas reflete esse contexto apresentado pela autora. Para Rios *et al.* (2015, p.11), o papel assumido por homens e mulheres “se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível”. No entanto, com as diversas mudanças ocorridas na sociedade, essa divisão rígida foi sendo reavaliada e os papéis exercidos pelos gêneros foram se modificando. Rios *et al.* (2015) ainda tratam da maneira estereotipada com que a região do semiárido do Nordeste brasileiro é apresentada e o ser homem e ser mulher também se apresentam dentro de um estereótipo, que não condiz com a realidade. Segundo os autores, ao pensar as formas de convivência com o semiárido, é necessário considerar as questões importantes em relação aos gêneros para a configuração desse novo momento.

Outro ponto de destaque é quanto ao grau de instrução dos entrevistados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua (IBGE, 2019), o Piauí possui a terceira maior taxa de analfabetismo do Brasil entre o público de 15 anos ou mais, com 16%. Ficando atrás apenas dos

estados de Alagoas (17,1%) e Paraíba (16,1%). Esses dados mostram a realidade da educação no estado do Piauí e pode ser percebido que as rádios representam essa realidade ao ser compostas, em sua maioria, por pessoas que realizaram até o Ensino Médio, conforme é demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Produzido pelos autores

Quando se amplia a análise da educação para os dados nacionais, percebe-se que os prognósticos apresentados pela PNAD Contínua 2019 sobre a região Nordeste, em que fica localizado a maior parte do Semiárido brasileiro, são os mais críticos de todas as regiões. A taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 e menos de 60 anos do Nordeste é de 13,9%, enquanto as regiões Sul e Sudeste aparecem com as menores taxas, no valor de 3,3%, Centro-Oeste apresenta taxa de 4,9% e a região Norte aparece com taxa de 7,6% de taxa.

Esses dados do Nordeste são preocupantes, considerando que a alta taxa de analfabetismo e os poucos anos de estudos representam a necessidade de melhoria significativa da educação de sua população. Esse contexto social representa a população para qual as rádios comunitárias são voltadas, em que se apresentam como meios de comunicação que falam diretamente para essa população com pouca escolaridade, sendo necessário aproximação dos colaboradores através do seu um discurso de fácil acesso.

O conhecimento adquirido ao longo de anos de estudos formais influencia diretamente no modo como os colaboradores atuam nas rádios comunitárias, possibilitando ter uma visão mais crítica dos temas abordados. Nesse sentido, Gomes (2015) destaca a necessidade de elevar o conhecimento dos colaboradores para que estejam habilitados a discutirem com o público sobre questões sociais emergenciais de forma mais crítica, trazendo um novo significado para a rádio.

Mesmo sem uma formação de nível superior, os colaboradores compartilham e vivenciam as necessidades da comunidade, pois representam, de fato, as pessoas que a compõe. No entanto, além do conhecimento comum, que é relevante para o entendimento da comunidade quanto à sua atuação como formadores de opinião, a busca por qualificação, de maneira que possibilite trazer questões importantes para a comunidade, é um ponto chave para que a rádio volte a ter seu valor educativo.

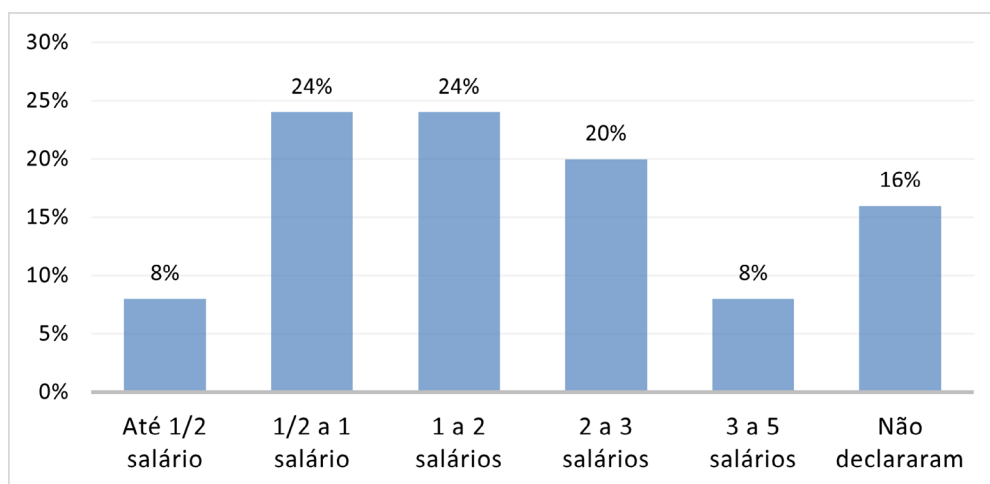
Quanto à capacitação dos colaboradores, dos entrevistados, 56% já realizaram algum tipo de curso na área de comunicação. A maioria foi qualificado a partir de formações oferecidas pelo Governo

Estadual. Com isso, a qualificação dos colaboradores tem ligação com a oportunidade que apareceu e incentivo das rádios em que atuam, ou seja, mesmo os colaboradores que possuem curso de capacitação já estavam atuando em rádios comunitárias antes da realização de cursos. Com isso, o aprendizado sobre rádios foi sendo adquirido ao longo das experiências práticas.

A partir das entrevistas, pôde-se perceber que os locutores iniciaram nas rádios comunitárias e, posteriormente, a maioria deles, realizaram cursos de capacitação na área. Os colaboradores acabam utilizando como parâmetro as rádios comerciais e muitas vezes reproduzem nas rádios comunitárias, não conseguindo perceber as diferenças que existem entre os meios de comunicação comunitário e comercial. Quanto a essa capacitação, o Instituto ComRádio do Brasil foi a instituição mais citada entre os entrevistados, devido aos cursos de capacitação que realizou no interior do estado.

O fato de ter um curso de capacitação em rádio comunitária deve ajudar esses colaboradores a conhecerem mais das rádios comunitárias ao discutir sobre a temática e não somente colocar em prática. Para Gomes (2015, p.355), “desafios, como baixa escolaridade, tênue participação popular e pouca qualificação são condições a serem enfrentadas e trabalhadas nos espaços articuladores de formação”. Esses desafios são enfrentados pelas rádios pesquisadas, em que muitas vezes são questões interligadas, considerando que a baixa escolaridade e a pouca qualificação do colaborador influenciam na maneira como atuam nas rádios e isso pode ser refletido em como a população participa das rádios.

Gráfico 2 – Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Produzido pelos autores

A renda familiar também é um fator que influencia na participação desses colaboradores nas rádios comunitárias, pois a atuação nessas rádios não devem gerar vínculos empregatícios, conforme estabelece a legislação vigente. Com isso, os colaboradores precisam obter renda para o próprio sustento em atividades remuneradas, o que faz com que muitos cidadãos não queiram participar mais ativamente das rádios comunitárias. No gráfico 2 é demonstrado a renda familiar informada pelos entrevistados.

A falta de remuneração é um fator apontado pelos entrevistados para justificar o baixo número de colaboradores em algumas das rádios pesquisadas. A necessidade de se ter um trabalho para seu sustentado faz com que grande parte da comunidade não se dedique à participar das rádios comunitárias. Para Suzina (2019), a falta de recursos financeiros é um dos problemas que torna concreto a concentração das mídias, considerando que inibe as iniciativas dos grupos que estão dispostos a expressarem suas vozes no debate público, reforçando as desigualdades já existentes.

No sentido dado por Suzina (2019), percebe-se que a falta de remuneração dos colaboradores

é apenas um dos pontos que demonstra que a questão financeira é um problema pela qual as rádios comunitárias passam. Mesmo sendo um meio de comunicação que não visa o lucro, as rádios precisam de estabilidade financeira para se manterem e a legislação se apresenta como um empecilho ao proibir anúncios publicitários nas rádios, estabelecendo sua sobrevivência através de doações e apoio cultural, dificultando a manutenção financeira desses meios de comunicação. Gomes (2015) já havia trazido, entre outras, a questão da sustentabilidade financeira como uma dificuldade apresentadas pela maioria das emissoras de baixa potência no Brasil.

O perfil dos colaboradores possibilita visão geral das rádios pesquisadas. Gomes (2015, p.353) compreende o radialista como um formador de opinião e como “o grande responsável pela mudança da qualidade das informações geradas nos seus programas”. Assim como também é apresentado, de forma mais simplificado, o reflexo da comunidade em que as rádios estão inseridas. No entanto, também foram analisadas as percepções desses colaboradores quanto à atuação dessas rádios nas comunidades em que estão inseridas com relação ao desenvolvimento sustentável.

Segundo informações colhidas através das entrevistas, as rádios estudadas apresentam variedades de temáticas que são abordadas ao longo de suas programações, algumas possuem temas mais voltados para a realidade local e suas peculiaridades e outras a programação é mais musical. Com relação aos temas abordados nos programas apresentados, destaca-se a importância dos colaboradores que atuam como locutores, pois o programa é realizado a partir das escolhas de cada colaborador. Isso vai ao encontro do que Gomes (2015) afirmou ao trazer o colaborador da locução como o grande responsável pela qualidade dos programas que são apresentados.

Observou-se que, nas rádios em que os colaboradores têm mais liberdade de atuação, os temas abordados são mais diversificados, além de possibilitar a participação mais ativa dos ouvintes. No entanto, essa liberdade não foi verificada em todas as rádios pesquisadas. Em duas rádios os entrevistados informaram que precisam de autorização do “dono” para abordar determinados assuntos. Com isso, percebe-se que essa definição de propriedade vai contra o que estabelece a legislação brasileira, pois a rádio comunitária deve servir a uma comunidade e não interesses particulares. Sobre essa questão, Volpato (2015) afirma que o interesse da gestão das rádios comunitárias é refletido no conteúdo apresentado pelas emissoras, assim como as motivações e participações da comunidade.

Quanto à participação da comunidade no processo produtivo, os entrevistados afirmaram que essa participação acontece mais através de solicitação de músicas. Entretanto, informaram que há também participação da comunidade com reclamações e informações sobre questões que ocorrem na comunidade, como pode ser observado nas seguintes falas de dois dos entrevistados transcritas: “Eles [ouvintes] ligam para fazer reclamações de alguma rua que está faltando água, luz, calçamento, lixo solto, essas questões eles são participativos também” (C, 46 anos) e “Na hora do jornal o pessoal liga de qualquer lugar e não só do município, mas da região, reclamam, elogia, faz a crítica, isso aqui é uma característica da rádio desde seu início” (S, 51 anos).

Nas entrevistas, percebeu-se que os colaboradores que estão a mais tempo nas rádios pesquisadas sentem saudades dos tempos áureos dessas rádios no município. Lembranças de como as rádios recebiam mais participações dos ouvintes, das cartas e bilhetes recebidos durante o dia, o reconhecimento dos locutores quando estavam na rua foram algumas das citadas pelos entrevistados. Com as novas formas de comunicação, através do uso de celulares e mensagens de texto e de voz, essa forma de participação mudou.

Atualmente, predomina o envio de mensagem pelo aplicativo Whatsapp em detrimento das ligações e envio de cartas e bilhetes. Nesse ponto é importante discutir também como o rádio está em constante mudança, se adaptando às novas tecnologias de comunicação com o uso de redes sociais.

Ainda quanto à essa participação, cabe destacar que nem todas as rádios possibilitam aos ouvintes a participação ao vivo, ou seja, é feita triagem do que será transmitido ao se impor a participação

apenas por mensagem escrita ou por áudio. A falta de participação ao vivo do cidadão é um fator que vai de encontro à característica de comunicação democrática que as rádios comunitárias possuem. Esse fator limitante da participação dos ouvintes foi demonstrado mais intensamente nas rádios em que os colaboradores informaram que existe uma pessoa como proprietária.

Esse contexto corrobora com o pensamento de Volpato (2015, p.328), que destaca a gestão das rádios como ponto importante para motivar essa participação, “por isso se diz que uma emissora comunitária precisa ter gestão da ‘comunidade’, quando os próprios cidadãos vão administrá-la em benefício de suas principais necessidades e a partir de sua realidade, produzindo uma comunicação autóctone e participativa”. No entanto, não é isso que se percebe em todas as rádios comunitárias pesquisadas, sendo que algumas possuem características de rádios comerciais, em que interesses particulares são colocados à frente dos interesses da comunidade. Nas rádios em que as lideranças se sentem proprietárias, tem-se como reflexo a pouca participação da população no fazer comunicacional.

Esse aspecto da participação da comunidade é parâmetro importante para a percepção da atuação dessas emissoras quanto à democratização. A falta de espaço para que a comunidade participe demonstra que essas emissoras atuam como rádios comerciais, em que o controle é exercido por um ou pequeno grupo de pessoas e os temas abordados passam a ser os que interessam aos que estão à frente da rádio e não à comunidade em que está inserida.

Nesse sentido, Miani (2017, p.67) afirma que há muitas emissoras de rádios comunitárias que apresentam desvio de conduta e até mesmo de concepção, em que receberam autorização para atuar como rádios comunitárias, mas “não respeitam a legislação e nem praticam os seus pressupostos políticos”. Das rádios pesquisadas, pelo menos em duas delas os entrevistados deixaram claro que há a figura do “proprietário”, utilizando, dessa maneira, a rádio para interesses comerciais e não da comunidade. Nas outras seis rádios não se pode confirmar, com base nas falas dos entrevistados, que atuem como comerciais.

Outra característica que merece destaque é a ampliação da propagação do conteúdo ao utilizarem outros meios de comunicação na produção das rádios comunitárias. As rádios expandem sua propagação através do uso de redes sociais (Facebook, Instagram) e da transmissão pela internet por meio de aplicativos de rádios e de sites próprios. Silva e Dantas (2014) afirmam que é cada vez mais comum que as rádios comunitárias passem a transmitir seu conteúdo em tempo real em outras plataformas, permitindo maior acesso às informações transmitidas por essa rádio, que, legalmente, o alcance é limitado a um quilômetro.

Para Suzina (2019), desde a década de 1990 houve avanço na incorporação de tecnologias nas experiências de mídias populares brasileira, considerando os meios de comunicação impresso e áudio visual. Segundo a autora, esse fato foi influenciado pela combinação de fatores: vulgarização de tecnologias, sendo ampliado o acesso às novas tecnologias através da digitalização e estratégias comerciais; ampliação ao direito à comunicação; e da integração de práticas de comunicação às lutas sociais.

Das rádios pesquisadas, três são transmitidas pela internet. Com isso, elas também recebem participações de pessoas que estão fora no raio de propagação da antena, expandido essa “comunidade” para além do espaço físico. Para Silva e Dantas (2014, p.167), mesmo que o objetivo dessas rádios seja atingir a comunidade em que está inserida, “uma realidade cada vez mais regida por discursos midiáticos acaba por instigar a necessidade do uso das novas tecnologias de informação e comunicação”.

Destaca-se que, apesar da maior inclusão de tecnologias nos meios de comunicação populares, não há distribuição uniforme, sendo possível perceber que muitas rádios comunitárias não possuem essas tecnologias, como pode ser verificado na amostra estudada, pois, segundo Suzina (2019), os meios de comunicação populares ainda possuem desafio de manter estrutura básica, então a manutenção de estrutura extra com tecnologia, tal como a manutenção de um site, inserção em redes sociais, é desafio maior ainda.

Existem diferenças no fazer comunicacional das rádios pesquisadas, cada uma com suas peculiaridades e níveis de adaptações tecnológicas. Algumas delas já possuem transmissão via internet, o que possibilita ir além do limite imposto pela antena, entretanto, outras possuem uma sede ainda em condições precárias. A realidade percebida na rádio Ebenezer, localizada no município de Caracol, é a pouca estrutura para a manutenção da rádio. Instalada em um pequeno cômodo, possui uma aparelhagem mínima para a transmissão dos programas, sendo somente um computador e um microfone, que o locutor divide com o convidado, e nenhum conforto para o colaborador, que não tem disponível ao menos um ventilador para amenizar as altas temperaturas da região.

Realidade distinta foi percebida na rádio Alternativa, localizada no município do São Raimundo Nonato. Mesmo estando entre as emissoras que não estão inseridas na internet, sendo sua transmissão limitada à abrangência da antena, a sede da rádio é mais estruturada, com aparelhagem composta por dois computadores, três microfones e um ambiente que possibilita conforto aos colaboradores, com ar condicionado e cadeiras confortáveis para os locutores e convidados.

Diante da realidade encontrada, percebeu-se que a estrutura da rádio é mais um fator que influencia na atuação dessas emissoras na comunidade, considerando que muitas vezes as necessidades enfrentadas para a manutenção dificultam uma ação mais efetiva junto à população.

Isso foi percebido quando partiu-se para a percepção dos colaboradores sobre a questão da sustentabilidade, a partir de suas três dimensões: ambiental, social e econômico.

Em relação à questão de como a sustentabilidade ambiental é abordada nos programas, em nenhuma das rádios estudadas existe um programa específico que trata das questões ambientais. Pôde-se perceber também ausência quanto à temática de forma geral, sendo falado esporadicamente. Foi destacado que o assunto é tratado mais em programas que têm o cunho jornalísticos e não nos programas de entretenimento. Das rádios pesquisadas, somente três possuem programas jornalísticos em sua programação, nas outras cinco rádios predomina a programação musical. Mesmo nas emissoras que possuem programas jornalísticos, a temática é abordada de forma esporádica, sendo utilizados os critérios de noticiabilidade como justificativa, conforme pode ser percebido na fala do entrevistado transcrita a seguir:

(...) precisa estar de acordo com o que está acontecendo no momento, do que é notícia. Nós temos momentos que é a questão do feminicídio, que isso a gente trabalha, contextualiza, tem o momento que está na onda essa questão de queimadas, a gente traz a informação, contextualiza com a nossa realidade, dando inclusive algumas orientações, é muito relativo (R, 51 anos).

Foi informado, também, que o assunto é tratado mais especificamente quando acontece algum fato de relevância nacional, tal como ocorreu com o rompimento da barragem de Brumadinho (em Minas Gerais) e nas épocas de queimadas.

Nas rádios comunitárias pesquisadas, verificou-se que a maioria reproduz conteúdo de sites quanto às questões ambientais que tiveram repercussão nacional. Esse quadro demonstra que há falta de atenção quanto às questões ambientais locais, mesmo as rádios pesquisadas estando localizadas dentro de municípios com parques nacionais.

Volpato (2015, p.335) já havia identificado a característica de reprodução de conteúdo ao afirmar que “a maioria das informações jornalísticas veiculadas pelas emissoras é construída com base em notícias da mídia comercial, seja da região ou da grande mídia, algumas retiradas da internet, de jornais da própria cidade ou de cidades vizinhas”. O autor ainda destacou que as informações locais são repassadas de forma tímida. Corroborando com isso, os entrevistados informaram que, quando a temática ambiental é tratada, as informações são retiradas de sites com abrangência nacional ou regional, sendo que estas são produzidas, principalmente, na capital Teresina.

Cabe destacar que as informações transmitidas a partir da capital do Piauí não representam

a realidade vivenciada nos mais diversos municípios do estado, considerando que as características econômicas, sociais e ambientais de Teresina são diferentes dos municípios mais distantes.

Ainda sobre a questão ambiental, percebeu-se que a temática foi vinculada ao agronegócio, queimadas, preservação ambiental, assuntos mais próximo da realidade estudada, mesmo quando o destaque dado é uma notícia nacional. Alguns dos entrevistados justificaram a falta de abordagem da temática à pequena quantidade de colaboradores que as rádios possuem. A falta de retorno financeiro foi identificado como fator determinante para esses pequeno número de colaboradores, considerando que todas as atividades da rádio devem ser realizadas de forma voluntária.

Com a pouca abordagem local sobre a temática ambiental ou a reprodução de notícias nacionais ou de regiões distantes, a comunidade acaba recebendo informações que não abrangem totalmente a realidade local e não trata da problemática ambiental da comunidade, incluindo a questão de plantio, colheita e criação, de acordo com as necessidades da população local.

Das rádios pesquisadas, duas destacaram que abordam a questão ambiental focada nos parques nacionais próximos, foram: São Raimundo Nonato, que traz questões que envolvem o parque Serra da Capivara; e Redenção do Gurgueia, que realiza atividades sobre questões do parque Serra das Confusões. Sobre a abordagem da temática relacionada ao Parque Nacional em que a rádio está inserida, destaca-se o depoimento a seguir:

O parque nacional (...) sempre tem questão de queimadas, dessas coisas aí. *Aí sempre a gente tá passando pra população tentando conscientizar esse problema que é das queimadas, então a gente tem agora mesmo tá tendo aí uma questão que foi instalada aqui a polícia ambiental aqui na cidade e a gente tá acompanhando porque agora já teve prisões aqui de pessoas que estavam com animais em cativeiro em casa e tal e a gente tá sempre noticiando isso aí (J, 37 anos).*

Os colaboradores das rádios localizadas nos outros municípios em que os dois parques citados estão inseridos não os destacaram como fator importante para abordagem ambiental. Além disso, as duas rádios próximas ao Parque Nacional Sete Cidades não realizam ações voltadas para a sensibilização quanto às questões ambientais ou mesmo quanto à importância e preservação do parque.

Com isso, percebeu-se que a inserção das rádios em município com unidade de conservação de proteção integral parque nacional não se caracteriza como fator de influência na abordagem da temática ambiental. Ressalta-se que, mesmo os colaboradores das rádios que afirmaram tratar do assunto, o fazem a partir de critérios de noticiabilidade, ou seja, a partir de algum acontecimento que faz com que os parques sejam notícias e não como um processo contínuo de educação ambiental e de valorização dessa área de proteção ambiental.

Ainda sobre a questão da sustentabilidade ambiental, percebe-se que a temática é abordada de forma pontual, partindo mais do interesse de cada colaborador, como traz o depoimento transcrito a seguir:

Eu mesmo costumo falar sobre a questão ambiental. Agora mesmo que a gente está em uma época seca, já aconteceu e quase todo ano acontece de a gente fazer um programa levado a essa conscientização de queimadas e orientação da falta de água (U, 28 anos).

Já quanto às dimensões econômico e social, percebeu-se que estão mais presentes no dia a dia das rádios comunitárias. Em todas as rádios, os colaboradores destacaram que as informações são repassadas aos ouvintes a partir do que chega à rádio. Oportunidades de emprego, apresentações culturais, problemas com falta de água, calçamento etc. são repassadas a partir da solicitação da comunidade. No entanto, como não são todas as rádios que a comunidade tem livre acesso. Em uma das rádios é necessária autorização prévia da “direção” para a divulgação das informações, conforme pode ser percebido no depoimento a

seguir:

Chega a informação, por exemplo, a empresa está disponibilizando 10 vagas no setor X, chega aqui: Você pode fazer esse aviso? Aí eu aguardo um pouquinho. Vou ali na direção para ver se me autorizam e assim vai (R, 40 anos).

A partir das falas dos locutores, foi possível perceber que o fato de a rádio possuir uma liderança que se considera dona faz com que seja limitada até mesmo para tratar de questões de desenvolvimento sustentável. É necessário aprovar antecipadamente o que vai ser transmitido na rádio, os locutores possuem informações que não podem ser ditas no ar.

Não se pode negar que as rádios pesquisadas atuam como uma forma de entretenimento para a comunidade, principalmente em seus programas musicais e isso é um fator da dimensão social importante, mas limitar a isso faz com que a rádio, como um meio de comunicação democrático e voltado para a comunidade, seja subutilizada. Para assumir apenas o papel de transmissão de músicas já existem rádios comerciais ou aplicativos de músicas, não necessitando de autorização de uma rádio comunitária.

Nesse sentido, Volpato (2015) afirma a necessidade de saber qual identidade locais essas rádios comunitárias brasileiras estão construindo nas comunidades em que estão inseridas, se é uma identidade mais localista, em que as mensagens e conteúdos são intrínsecos à realidade da comunidade, ou se é uma identidade que legitima as instituições dominantes, a partir de reproduções de programas e conteúdo da grande mídia, utilizando-a como fonte jornalísticas, não dando visibilidade para as questões locais e a efetiva participação da população.

Considerações finais

A partir das entrevistas, pode-se perceber questões importantes para o entendimento da atuação dessas rádios comunitárias quanto ao desenvolvimento sustentável local. A primeira é que os colaboradores, na maioria das vezes, iniciam nas rádios sem ter realizado um curso de capacitação na área, sendo qualificados somente após já estar atuando nas rádios. Com isso, essas rádios se apresentam como um local que auxilia na formação prática do ofício de locutor, considerando que já foram realizadas parcerias com o governo do estado para a realização de cursos voltados para os colaboradores de rádios comunitárias.

No entanto, essa não é a realidade de todas as rádios. Uma das rádios é formada por comunicadores amadores e que mesmo trabalhando há vários anos na rádio comunitária não tiveram a oportunidade de realizar curso de capacitação na área. São pessoas que resistem e continuam atuando na rádio por amor ao meio de comunicação, mesmo somente com o conhecimento prático. Percebeu-se que há uma relação de sentimento que faz com que permaneçam ainda que diante de dificuldades.

Outra percepção da realidade encontrada foi a utilização dessas rádios para fins comerciais e, até mesmo, particulares. Em duas das rádios pesquisadas, foi repetidamente falado que as lideranças se consideram proprietárias. Os entrevistados deixaram bem claro e informaram que é necessária a autorização para a divulgação de determinadas informações, não sendo possível a participação ao vivo dos ouvintes. Diferente do que determina a legislação, há um posicionamento de propriedade por parte dos que estiveram à frente da legalização. A existência de um sentimento de propriedade limita a participação da comunidade no processo produtivo, sendo basicamente o pedido de música.

Com isso, mesmo com a autorização de rádio comunitária, essas rádios não se apresentam como uma. A comunicação, que deveria ser realizada de forma horizontal, possui características de rádio comercial, havendo uma verticalização da comunicação. É importante destacar que as rádios comunitárias não são empresas e sim instituições sem fins lucrativos, mesmo que as atuações de diversas emissoras busquem o lucro descaracterizando a rádio como comunitária e aproximando das características de rádio

comercial.

Esse tipo de situação é um ponto negativo para as comunidades em que se encontram essas rádios, pois o meio de comunicação que é destinado a ser a voz do povo, em que a comunidade faça parte, é utilizada como um meio de comunicação que tem como o objetivo o lucro e não o bem estar da comunidade.

Foi possível verificar, ainda, que quando se fala em desenvolvimento sustentável, os colaboradores associam o termo às questões ambientais, descartando as outras duas dimensões: social e econômica. Quando questionados diretamente sobre os três pontos, percebe-se que a abordagem da questão ambiental é limitada ao vínculo com os programas jornalísticos, não sendo tratada da temática dentro de um programa musical.

A abordagem da dimensão ambiental ser feita em programas de cunho jornalístico é uma associação natural realizada pelos colaboradores, considerando que as notícias são mais divulgadas nesses programas. No entanto, é necessário ampliar o campo de visão e tornar a temática mais presente no dia a dia dos ouvintes, incluindo sua abordagem em programas de entretenimento, trazendo dicas que são importante para as mudanças de hábitos dos cidadãos, como a separação de resíduos sólidos, a economia no uso de água e luz, os cuidados com os rios, a conservação do solo, entre outros. Não se pode achar que a temática deve ser informada apenas quando ocorre grandes tragédias ambientais.

Além disso, foi possível perceber, também, que as rádios pesquisadas possuem limitações quanto à realização de programas mais voltados para a abordagem da questão do desenvolvimento sustentável. As limitações vão desde o pouco número de colaboradores; passa pela estrutura organizacional das rádios, sendo algumas utilizadas como rádios comerciais; o pouco interesse da comunidade em fazer parte da produção da programação das rádios; e em algumas rádios a falta de qualificação dos colaboradores. Cabe destacar, também, que a gestão das rádios norteiam como os colaboradores que atuam na locução vão guiar os programas que apresentam, sendo que, em alguns casos, percebe-se que a gestão se apresenta como mais um fator limitante à maior atuação junto à comunidade em que está inserida.

As rádios pesquisadas se apresentam mais como ferramenta de divulgação de informação, sendo que as rádios que possuem líderes que se consideram proprietários atuam de forma mais limitada ainda, considerando que as informações precisam ser aprovadas antes da divulgação. Nesse sentido, pode-se perceber que a identidade local dessas comunidades é construída a partir de um viés de manutenção do *status quo*. No entanto, é possível a essas rádios a promoção de ações diretas de melhoria das condições de vidas dos cidadãos ao levar especialistas que possam tratar sobre assuntos pertinentes para a realidade local, firmar parceria com instituições públicas para a realização de cursos de capacitação para seus colaboradores e pessoas da comunidade, estimular a participação efetiva da comunidade em que está inserida na produção da programação ao abrir as portas para que pessoas atuem na redação de textos para a rádio, na pesquisa por notícias ou no contato com entrevistados.

Referências

BAUTISTA, Luis Alainde la Novall. La radio comunitaria en función del desarrollo. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, v. 4, n. 2, p. 52-64, 2018.

BRASIL. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, página 11, 1998.

BRASIL. Lei. N. 9.985, de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 19 jul. 2000, p. 1.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. **Raízes**, v. 21, n. 2, p.

246-260, 2002.

FERREIRA, Daniel José do Nascimento. Rádio no contexto da convergência midiática: contribuições para o desenvolvimento local. **Revista Rádio-Leituras**, v. 9, n. 1, p. 93-115, 2018.

GOMES, Ana Luísa Zaniboni. Dificuldades e tendências na trilha das rádios comunitárias. In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling; OTRE, Maria Alice Campagnoli. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil**: Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 349-364.

GOMES, Uede Aparecida Figueiredo; HELLER, Léo. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade? **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 21, n. 3, p. 623-633, jul./set. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua**: educação 2019. Disponível em: <https://bityli.com/hdaH4>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ICMBIO. **Parques Nacionais**. Disponível em: <https://bityli.com/1QL15>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MADSEN, Nina. Mulheres e Comunicação no Brasil: 1995 a 2015. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Disponível em: <https://bityli.com/45mwm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MALERBA, João Paulo. Por uma genealogia das rádios comunitárias brasileiras. **LOGOS: Comunicação e Universidade**, v. 24, n. 1, p. 8-22, 2017.

MARTINO, Luiz Claudio. Sobre o conceito de comunicação: ontologia, história e teoria. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 7, n. 14, p. 13-25, 2019.

MEDIROS, Rafael. Função Social do Rádio Local Entre Desertos de Notícia e Zonas de Silêncio: reverberações da migração AM – FM. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 7, n. 1, p. 360-378, 2020.

MIANI, Rozinaldo Antonio. O papel das rádios comunitárias no contexto de desenvolvimento sociopolítico local no Paraná. **Ação Midiática**, v. 7, n. 1, p. 55-74, 2017.

NICOLETTI, Felipe Navarro. Comunicación popular, historia y medios comunitarios. **Question**, v. 1, n. 56, ed. 12, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/16696581e012>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB – Brasil). **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 183-208, 2015.

RIOS, Pedro Paulo Souza et al. Mulheres no Semiárido Brasileira: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.

SANTOS, Eliene et al. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, v. 38, n. 140, p. 129-146, 2019.

SARTORETTO, Paola. Explorando a dimensão empírica da cidadania comunicativa e direito à comunicação. **Observatorio (OBS*) Journal**, v. 8, n. 3, p. 115-129, 2014.

SENA, Aderita et al. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 671-683, 2016.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social: Una visión general. **CIC – Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, n. 1, p. 17-40, 2012.

SILVA, Amanda Cinthia Medeiros; DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. Web Rádio Como Extensão das Ondas Hertzianas da Rádio Comunitária. **Razón y Palabra**, v. 18, n. 86, p. 156-169, 2014.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução n. 107, de 27 de julho de 2017**. 2017a. Disponível em: <https://bityli.com/ZUaR>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução n. 115, de 23 nov. 2017**. 2017b. Disponível em: <https://bityli.com/3UP4Z>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Mapa de Delimitação do Semiárido**. 2017c. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021

SUZINA, Ana Cristina. Evolução das mídias populares no Brasil (1980-2015): avanços, desafios e perspectivas. **Revista de Comunicação Dialógica**, v. 1, n.1, p.166-195, 2019.

VOLPATO, Marcelode Oliveira. Configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista. *In*: PERUZZO, Cílicia Maria Krohling; OTRE, Maria Alice Campagnoli. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil**: Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015. p. 326-348

Elinara Soares Barros de Sousa é mestra e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela mesma instituição. Secretária Executiva do curso de Engenharia Elétrica da UFPI. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados e redação do manuscrito.

Wilza Gomes Reis Lopes é arquiteta e urbanista, doutora, professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora e orientadora do mestrado e do doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), na linha de pesquisa Planejamento, Gestão e Políticas Socioambientais. Bolsista de Produtividade do CNPq desde 2010. Líder do Grupo Ambiente Construído cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; e apoio na revisão de texto.

Orlando Maurício de Carvalho Berti é Doutor e Mestre em Comunicação. Professor, pesquisador e extensionista dos cursos e Comunicação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – campi de Picos e Teresina. Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias sociais da UESPI. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; e apoio na revisão de texto.